

## MATEMÁTICA, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS DO GOVERNO BOLSONARO: a PNA em uma análise foucaultiana

Eliézer Reis Vicente<sup>1</sup>  
Lúcia Gonçalves de Freitas<sup>2</sup>

### Resumo

O presente artigo buscou analisar como a Matemática entra na Política Nacional de Alfabetização (PNA) proposta pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Tal política se inseria entre as visões dominantes desse governo de que a escola teria que se concentrar em ensinar a ler, escrever e contar. Como esse governo combateu veementemente os estudos de gênero e as ciências humanas e sociais de um modo geral, elegendo as ciências cognitivas como paradigma para suas políticas de alfabetização, com foco na Matemática, analisamos, neste artigo, o discurso da PNA em relação ao ensino dessa linguagem. Para isso, adotamos a perspectiva foucaultiana do discurso, em uma vertente *pós-estruturalista*. A pesquisa foi desenvolvida dentro dos pressupostos de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. A análise mostra o manejo de expressões como “evidências científicas” e “numeracia” no discurso da PNA, que foram articuladas politicamente de forma a não desafiar as estruturas desiguais de nossa sociedade, dentre elas as questões de gênero, mantendo o *status quo*.

**Palavras-chave:** Matemática; Gênero; Políticas Públicas; Foucault; PNA.

## MATHEMATICS, GENDER AND PUBLIC POLICIES OF THE BOLSONARO GOVERNMENT:

<sup>1</sup> Doutorando em Educação em Ciências e Matemática (PPGECM/UFG). Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT/UEG). Especialista em Alfabetização, Letramento e Educação Infantil pela Faculdade IMES. Graduado em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Goiás (UFG/RC). Graduando em Pedagogia e Sociologia pelo Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1091636073095828>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5338-478X>. E-mail: [eliezervicentte@gmail.com](mailto:eliezervicentte@gmail.com).

<sup>2</sup> Lúcia Gonçalves de Freitas é doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Foi bolsista PDEE/CAPES, tendo sido pesquisadora visitante no *Center for Advanced Research in English*, na Universidade de Birmingham, Inglaterra. Atualmente, é professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG), professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-ILET). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6936306486720882>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7553-1119>. E-mail: [luciadefreitas@hotmail.com](mailto:luciadefreitas@hotmail.com)

### **Abstract**

This article sought to analyze how mathematics is included in the National Literacy Policy (PNA) proposed by the government of former president Jair Bolsonaro. This policy was part of the government's dominant view that schools should focus on teaching reading, writing and counting. As this government vehemently opposed gender studies and the humanities and social sciences in general, choosing the cognitive sciences as the paradigm for its literacy policies, with a focus on mathematics, in this article we analyze the discourse of the PNA in relation to the teaching of this language. To do this, we adopted a *post-structuralist* Foucauldian perspective on discourse. The research was carried out under the assumptions of a qualitative, bibliographical and documentary nature. The analysis shows the use of expressions such as "scientific evidence" and "numeracy" in the PNA discourse, which were politically articulated in such a way as not to challenge the unequal structures of our society, including gender issues, maintaining the *status quo*.

**Keywords:** Mathematics; Gender; Public Policies; Foucault; PNA.

## **MATEMÁTICAS, GÉNERO Y POLÍTICAS PÚBLICAS DEL GOBIERNO BOLSONARO: la ANP en un análisis foucaultiano**

### **Resumen**

Este artículo buscó analizar cómo las matemáticas están incluidas en la Política Nacional de Alfabetización (PNA) propuesta por el gobierno del ex presidente Jair Bolsonaro. Esta política formaba parte de la visión dominante del gobierno de que las escuelas debían centrarse en enseñar a leer, escribir y contar. Como este gobierno se opuso vehementemente a los estudios de género y a las ciencias humanas y sociales en general, eligiendo las ciencias cognitivas como paradigma de sus políticas de alfabetización, con foco en las matemáticas, en este artículo analizamos el discurso de la PNA en relación a la enseñanza de este lenguaje. Para ello, adoptamos una perspectiva foucaultiana *post-estructuralista* del discurso. La investigación se realizó bajo los supuestos de carácter cualitativo, bibliográfico y documental. El análisis muestra el uso de expresiones como "evidencia científica" y "aritmética" en el discurso de la ANP, que se articularon políticamente de tal manera que no cuestionan las estructuras desiguales de nuestra sociedad, incluyendo las cuestiones de género, manteniendo el *status quo*.

## CONSIDERAÇÕES PRIMEIRAS

Em um contexto das Políticas Públicas e da Linguagem, analisamos a articulação do discurso nas políticas públicas do governo Bolsonaro, em relação à Matemática e questões de gênero. Partimos do preceito de que o discurso é uma prática que constrói objetos de que se fala, portanto, gerencia certas escolhas e atitudes políticas, ao mesmo tempo em que consideramos a Matemática como sendo uma área que tende a ter um viés masculinista<sup>3</sup> que exclui as mulheres.

No dia 11 de abril de 2019, por meio do Decreto nº 9765, o governo do então presidente Bolsonaro instituía a “Política Nacional de Alfabetização” (PNA), anunciada como um “marco na educação brasileira”. A partir das premissas destacadas acima, situamos a pesquisa no contexto de um governo que proclamou a todo tempo que era preciso aprender a ler, escrever e contar, dando um grande enfoque à Matemática, incentivando o que governo denominou de “literacia matemática” ou “numeracia”. Nesse horizonte, buscamos analisar como a Matemática entra no PNA, já que a sua proposta veio para cumprir a promessa de que a escola teria que ensinar a ler, escrever e contar.

Na contemporaneidade, sobrevive uma produção discursiva, entendida na perspectiva foucaultiana<sup>4</sup>, como fabricando “aquilo sobre o que se fala”, que data de longo tempo, posicionando as mulheres como demasiadamente “irracionais, ilógicas e centradas em suas emoções, para serem boas em Matemática” (WALKERDINE, 2003, p. 15) e que aos homens, essa mesma produção os posiciona como seres afeitos à razão, portanto, naturalmente bons em Matemática. Com isso, a história continua e se propaga *ad infinitum*, na

---

<sup>3</sup>É uma corrente que defende o resgate da virilidade masculina no que acreditam ser características natas, valorizando o comportamento violento e predador do homem e ocupando, assim - uma vez que afirmam ter perdido essa posição -, o “topo da cadeia alimentar”.

<sup>4</sup> Cf. FOUCAULT (2005a).

qual a Matemática [de matriz cartesiana] tem sido produzida como própria do masculino, como se estivesse na própria natureza masculina ser bom em Matemática.

Walkerdine (2007) nos disse que a Matemática se forja nas práticas discursivas. E bem sabemos que a noção de sujeito e Matemática se constitui simultaneamente (NELSON; TREICHER; GROSSBERG, 2009). Dessa forma, a Matemática e sujeitos se categorizam, dividem-se, decifram-se e fazem-se atores sociais. Refletindo sobre os discursos em que se estabelece uma ligação entre Matemática e sujeito, um sujeito que está inserido na categoria mulher, termo empregado pela filósofa Judith Butler, para mostrar a representação de um conjunto de indivíduos [no caso, as mulheres] constituídos no jogo da “limitação, proibição, regulamentação e controle” (BUTLER, 2003, p. 18). E pensando com Simone de Beauvoir (1980, p. 9), que disse “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, pensemos como esse “tornar-se mulher” se faz presente frente a um discurso em que a mulher é colocada em xeque em relação à Matemática.

O governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro foi marcado pelo combate do que o próprio mandatário nomeou genericamente de “viés ideológico”, uma expressão que aglutinava uma série de visões difusas, mas que em síntese eram contrárias à implementação de políticas de equidade racial, de gênero, direitos humanos e todo um conjunto de valores considerados de esquerda. Para se contrapor a todo um rol de pensamentos gestados no campo das ciências humanas e sociais, o governo de então elegeu as chamadas “ciências cognitivas” como paradigma de suas políticas de alfabetização, em que a matemática ocupava um lugar de destaque. Tal destaque se justificava, entre outras razões, pelo fato de que a matemática é ela própria uma ferramenta que respalda “evidências científicas”, outra expressão muito articulada por aquele governo.

Em face desse quadro, este artigo procurou analisar o discurso da Política Nacional de Alfabetização, guiado pelo seguinte questionamento: como a Matemática entra no PNA, já que a sua proposta veio para cumprir a promessa de que a escola teria que ensinar a ler, escrever e contar? A partir desse

direcionamento geral, procuramos avaliar se de fato houve investimento em uma Educação Matemática naquela política pública, como era tal educação, de que forma ela se vinculava ao projeto conservador proclamado pelo governo, e, nesse sentido, se ela mantinha a primazia masculina que ainda se associa ao campo da Matemática de um modo geral.

## ARTICULAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A receptividade do pensamento foucaultiano é distinta nos diversos cenários, até porque a produção bibliográfica do autor é lida por razões diferentes. Diante dessa receptividade, apresentamos e justificamos o motivo de trabalhar com Michel Foucault em nossa investigação, afinal, ele representa um espírito inquieto, incomodado com os diversos fenômenos que nos afetam como seres humanos e cujas ideias nos impulsionam, também, a refletir sobre contextos educativos contemporâneos e seus impactos na conformação e obediência das subjetividades.

Foucault (2020) defende que, embora definamos um corpus, os seus critérios rígidos não precisam ser definidos. Assim, com base nessa perspectiva, nossa investigação delineou seu *corpus*, a partir de elementos variados num percurso histórico, refletindo sobre questões e acontecimentos durante o governo do ex-presidente Bolsonaro. Lançamos, particularmente, uma reflexão sobre uma política pública, envolvendo matemática no governo em questão, baseados em uma “genealogia”. Isso envolve uma análise de relações, jogos e práticas de poder, enfrentamentos entre forças, sempre atentas às rupturas e descontinuidades históricas, implicando uma certa diversidade de problematizações sobre a PNA, especialmente, com relação a questões de gênero.

A síntese do que se designa por “Política Nacional de Alfabetização” ou “PNA” pode ser encontrada em dois documentos básicos, disponíveis no Portal MEC, a saber: o Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que institui a PNA, assinado pelo Presidente da República Jair Messias Bolsonaro e pelo Ministro da Educação (à época), Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub (BRASIL,

2019a); e a *Política Nacional de Alfabetização* (“Caderno da PNA” ou “Guia explicativo da PNA”), lançado em 15 de agosto de 2019 e produzido pela Secretaria de Alfabetização (Sealf) do MEC (BRASIL, 2019b). Essas fontes documentais foram analisadas como textos, ou seja, materialização linguística de discursos, que não apenas “traduz as lutas ou os sistemas de dominação”, mas é, ele mesmo, “aquilo pelo que luta” (FOUCAULT, 2014), ou como “arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN, 1981).

Para Foucault (2007) a noção de prática discursiva é empregada como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e espaço, voltadas para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada às condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2007, p. 133). O que o autor nos mostra nesta perspectiva é que toda sociedade pauta suas ações, valores, pensamentos e crenças conforme os discursos instituídos. Simultaneamente, essas práticas discursivas são controladas, selecionadas, organizadas e redistribuídas de acordo com quem está no poder.

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 08).

Foucault (2013) destaca que a produção discursiva não é realizada de maneira aleatória, mas depende dos interesses, das instâncias e das relações de poder que a produz. O discurso efetiva-se nas práticas sociais dos indivíduos e nestes produz efeitos. O autor ainda entende que, os modos de subjetivação são produzidos na relação entre a “[...] formação dos saberes que a ele se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos” (FOUCAULT, 1998, p. 10).

Assim, esse processo de produção se refere ao modo como os saberes se organizam para nomeá-los, às relações de poder que se estabelecem entre eles e as práticas de si que o sujeito é levado a fazer sobre si mesmo a fim de se constituir de determinada maneira. Destarte, analisar o modo como uma

política curricular atua na produção de sujeitos pressupõe compreender de que maneira esses três eixos se articulam e que demandas são feitas para aqueles acometidos por tais políticas.

Na perspectiva, o saber se caracteriza como um “[...] conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e que são indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar” (FOUCAULT, 1972, p. 220). Saberes se referem a elementos que funcionam dentro de determinado discurso, estabelecendo disputas entre o verdadeiro e o falso e demandando determinados modos de se comportar. O saber também se refere ao espaço em que o sujeito “[...] pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso” (FOUCAULT, 1972, p. 221).

Esse processo de seleção se dá em meio a relações de poder que atuam na regulação desses discursos. Assim, a análise de discurso pressupõe verificar os procedimentos que fazem com que, entre os muitos saberes que podem ser acionados, efetivamente pouca coisa seja dita, procurando compreender os procedimentos de rarefação e as relações de poder que se estabelecem para limitar a multiplicidade de discursos (FOUCAULT, 1972). Na visão de Foucault (2000, p. 183), o poder não é de mão única, ou seja, não deve ser compreendido como “[...] um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras”.

Pelo contrário, o poder é difuso, descentralizado, está presente nas diversas esferas sociais. Ele “[...] nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem” (FOUCAULT, 2000, p. 183). Na teorização pós-crítica de currículo, compreende-se o poder “[...] em sua positividade, como produtor de verdades, de subjetividades, de saber” (PARAÍSO, 2007, p. 54). Analisar discursos, considerando o poder dessa maneira, significa perseguir os efeitos produtivos que ele tem. Significa verificar que saberes são incluídos e quais são excluídos, por meio de quais procedimentos, determinadas autoridades são estabelecidas e de que forma são criadas posições que os diferentes sujeitos (estudantes,

professores, familiares) podem e devem ocupar para serem reconhecidos como sujeitos desse discurso.

### Os saberes na PNA: literacia emergente, familiar e numeracia

A PNA vem inaugurar um novo vocabulário, trazendo os termos “literacia”, para o ensino/aprendizagem de leitura e escrita e “numeracia” para o mesmo na matemática. Sob a égide de um governo que opera em uma lógica binária, no sentido de cristalizar uma nova verdade, Veiga-Neto (2002) salienta que esses binarismos são construções típicas da modernidade que polarizam o discurso na tentativa de criar grandes metanarrativas de oposição: bem *versus* mal, opressor *versus* oprimido, verdade *versus* ideologia, autoritário *versus* democrático, ingênuo *versus* crítico, moderno *versus* ultrapassado, onde o primeiro elemento do par sempre prepondera sobre segundo. Assim, desconsidera uma pluralidade de vozes e conhecimentos produzidos em prol de uma díade onde o discurso deve predominar sobre o outro que deve ser combatido.

Nesta mesma seção, os especialistas se referem à expressão “alfabetização matemática” e salientam que essa expressão, articulada por muitos pesquisadores, foi utilizada equivocadamente em políticas públicas anteriores.

A expressão “alfabetização matemática”, utilizada por muitos anos no Brasil, não cumpre a função de designar o ensino de matemática básica. A palavra “alfabetização” deriva de “alfabeto”, o conjunto de letras do sistema alfabético. Não se deve, portanto, entender alfabetização como sinônimo de aprendizagem inicial, ou de conhecimentos básicos, sob o risco de ampliar demasiadamente, por uma figura de linguagem, o real significado da palavra, criando dúvidas ainda sobre o que de fato seja uma “alfabetização matemática”. (BRASIL, 2019b, p.24).

O pró-letramento em Matemática prevê a utilização do princípio da problematização dos conteúdos e das práticas cotidianas dos professores para o ensino da matemática, mas o que se nota é uma política que tenta apagar a alfabetização fundamentada em práticas sociais de letramento e a defesa da

literacia numérica, como podemos observar na seção 2.2.4 *Cognição*

*Matemática: Numeracia e Matemática Básica:*

A PNA recomenda que as práticas de numeracia e o ensino de habilidades de matemática básica tenham por fundamento as ciências cognitivas. Nas últimas décadas, tem-se desenvolvido com base na psicologia cognitiva e na neurociência cognitiva uma área de estudos denominada cognição numérica, ou cognição matemática, a qual tem trazido contribuições sobre a presença da matemática no universo da criança. (BRASIL, 2019b, p. 24).

Observamos, aqui, uma recomendação de práticas de *numeracia* a partir também das ciências cognitivas. “De forma semelhante ao que ocorre com a linguagem, o cérebro humano tem características programadas geneticamente que o habilitam a lidar com números” (Cosenza e Guerra, 2011, p.111). Contudo, ao escolher apenas a linha da ciência cognitiva esta política, segundo Cardoso et al:

[...] acaba se tornando um paradoxo, pois a evocação da ciência para enfrentar o quadro nacional, pode resultar na valorização de práticas, decorrentes da função preparatória atribuída aos anos iniciais da educação básica, ainda não superadas e incrustadas no cotidiano de muitas das classes de alfabetização de nosso país. Assim, legitimam-se práticas que desconhecem o que é aprendizagem significativa, esvaziadas de conteúdo e desconectadas das práticas sociais e culturais nas quais tem sentido e valor ler e escrever [contar e calcular] (CARDOSO *et al*, 2019, p.96).

Ao priorizar o discurso das ciências cognitivas, tanto na área da leitura como da escrita e da matemática, a PNA preocupa-se com o ensino padronizado, preparatório e de treino, cujo objetivo é mensurar dados e aprendizagens. O caderno com a nova política vem constituído por discursos que por meio de suas verdades e lutas impõem seus sentidos. Vem carregando discursos que propõem o ensino de metodologias únicas e engessadas.

Podemos observar, também, essa mobilização de um efeito de novo discurso na Seção 2. *Alfabetização, Literacia e Numeracia*.

Quando uma criança ou um adulto analfabeto se dá conta de que os caracteres alfabéticos não são meros sinais gráficos, mas que, individualmente ou em grupo, representam os sons da fala (ou os

fonemas da língua, para ser mais exato), dizemos que essa pessoa compreendeu o **princípio alfabético**, passo crucial no processo de alfabetização. Esse princípio, que se concretiza diversamente nas diferentes línguas, de modo que cada uma delas possui regras próprias de correspondência grafema-fonema, deve ser ensinado de forma explícita e sistemática, numa ordem que deriva do mais simples para o mais complexo. O alfabetizando deve ser guiado gradualmente durante a aprendizagem dessas relações grafofonêmicas. (BRASIL, 2019b, p18).

O documento prioriza apenas uma faceta linguística, que visa às competências de codificação e decodificação da escrita, apagando e/ou marginalizando demais facetas. Dessa maneira, compreendemos que o discurso do PNA negligencia a natureza social e cultural da aprendizagem da língua escrita, privilegiando apenas a natureza cognitiva.

De acordo com Bunzen (2019, p. 46) “não é possível mais conceber um processo de escolarização em massa no século XXI que planeje suas ações pedagógicas, negligenciando o uso da escrita nos contextos heterogêneos, interculturais e complexos, os quais envolvem várias crianças, suas redes familiares e comunidades”. Consoante o autor,

No lugar do conceito de “letramento”, o documento da PNA procura ‘inovar’ com a importação europeia de um outro termo, comum em alguns documentos curriculares em Portugal: “literacia”. Tal provocação parece-me uma estratégia bastante inadequada, pois pressupõe **introduzir no discurso oficial pedagógico um conceito não utilizado no Brasil** como se fosse uma “novidade” ou um “termo mais neutro ou técnico” para se referir aos usos da escrita. Há uma tentativa clara de **afastamento das políticas públicas de alfabetização anteriores** (tais como o Pró-Letramento ou PNAIC), operando ainda com uma retórica infeliz de “internacionalizar” a discussão. (BUNZEN, 2019, p.47, grifos do autor).

Conforme a fala acima, inferimos que a PNA opta por instituir um discurso de inovação e importar da Europa o termo literacia, o que nos leva a perceber a busca de apagamento das políticas públicas de alfabetização que fundamentam suas pesquisas nos estudos sobre letramento no Brasil. Na seção 2.2 *Literacia é o seguinte*:

O conceito de literacia vem-se difundindo desde os anos 1980 e nas políticas públicas se reveste de especial importância como fator para o exercício pleno da cidadania. É termo usado comumente em

Portugal e em outros países lusófonos, equivalente *aliteracy* do inglês e a *littératie* do francês. A opção por utilizá-lo traz diversas vantagens, pois é uma forma de alinhar-se à terminologia científica consolidada (BRASIL, 2019b, p21).

No entendimento de Bunzen (2019, p.48): “O uso da palavra “literacia”, infelizmente, marca uma posição política e autoritária clara para reduzir as discussões sociológicas, antropológicas, linguísticas e discursivas”. Ao nosso entendimento, foi uma cartada retórico discursiva capiciosa, pois tanto em Portugal, quando na França, ou seja, na Europa (e no mundo), os termos dizem a mesma coisa, pois nomeiam, a partir do inglês *literacy*, a teoria desenvolvida inicialmente pelo britânico Brian Vincent Street. No Brasil, Magda Soares foi uma das primeiras estudiosas a desenvolver o conceito, adotando o termo letramento. Não obstante, usar o termo traduzido em Portugal, apenas refuta a tradução brasileira, pois a teoria se mantém a mesma.

Porém, ao abraçar essa denominação, os elaboradores da PNA deixam de fora os teóricos brasileiros que desenvolveram estudos nessa vertente. Estudos estes que apoiaram políticas públicas de governos anteriores, que foram considerados progressistas ou de esquerda. Os estudiosos ficam de fora sem receber créditos por seus trabalhos, mas o conceito de letramento, que eles ajudaram a desenvolver, mantém-se, pois se trata de uma teoria forte ainda não superada. Tal estratégia, além de demonstrar o desprezo pela ciência nacional, ainda denota o que Nelson Rodrigues (1993) chamou de “complexo de vira-lata”, um sentimento de rebaixamento e inferioridade do que é brasileiro e proporcional exaltação do que é europeu.

O documento ainda traz na Seção 2.2.2. *Literacia Emergente*, no qual observa-se a defesa do desenvolvimento de conhecimentos e habilidades da leitura e da escrita na pré-escola. Assim, os especialistas defendem uma educação compensatória, ou seja, quanto maior número de habilidades desenvolvidas na pré-escola, melhores serão os resultados obtidos. Para ilustrar tal pensamento, o documento faz referência ao discurso religioso, através do *Efeito Mateus*, que se refere a uma parábola bíblica.

O texto bíblico faz menção segundo a qual, “[...] a quem tem, mais lhe será confiado, e possuirá em abundância. Mas a quem não tem, até o que tem

lhe será tirado” (MATEUS, 13:12). Essa história acaba sendo uma justificativa para a necessidade de que as famílias envolvam as crianças em práticas de *literacia* desde muito cedo, no qual podemos observar na seção 2.2.3 *Literacia Familiar*.

Implementar programas e ações de literacia familiar como medidas preventivas do insucesso escolar tem sido uma estratégia empregada em diversos países. Esses programas e ações, em geral, objetivam encorajar **pais ou cuidadores** a desempenharem um papel mais ativo no desenvolvimento da literacia das crianças em idade pré-escolar. (BRASIL, 2019b, p.23, grifos nossos).

Nota-se, aqui, como o uso do masculino genérico acaba por ter uma funcionalidade estratégica para o discurso conservador, que não reconhece as noções de gênero e as lutas por igualdade. Pais, aqui, refere-se a pai e mãe no plural, sem destacar que são eminentemente as mães e avós que se encarregam majoritariamente de acompanhar as crianças nas atividades escolares e no cuidado em geral. O mesmo serve para "cuidadores" no masculino. Ao repassar para a "família", genericamente, obrigações que são eminentemente do Estado, como o "desenvolvimento da literacia", que é um dos pressupostos para o atendimento do direito à educação, a PNA desconsidera o fato de que são eminentemente as mulheres que se ocupariam de tal missão. Assim, essa política além de não ter qualquer olhar para a sobrecarga feminina com as tarefas domésticas e de cuidado, ainda ignora que grande parte dessas mulheres são elas mesmas carentes de maiores níveis de letramento e sem qualquer capacidade didática para o "desenvolvimento da literacia das crianças em idade pré-escolar".

A noção de letramento, diferentemente de alfabetização, reforça o potencial de crianças em etapa pré-escolar de conhecerem os usos práticos da leitura e escrita como forma de democratização dos saberes, pluralizando as interpretações de textos, a partir de múltiplos discursos. Da mesma forma, não basta neurocognitivamente para reconhecer e decodificar números, mas perceber a importância deles na representação quantitativa das exclusões, por exemplo, em estatísticas, gráficos, tabelas, etc. O próprio nome da legislação

destaca a Alfabetização em detrimento dos letramentos em nome da importação do termo literacia, como se fosse inovação, como Bunzen (2019) aponta - ainda que seja destacado o analfabetismo funcional, pois, na práxis, emergem projetos de lei como a Escola sem Partido e outras *parresias* como o deslocamento da temática transversal gênero e sexualidade na escola. Em meio a esses deslocamentos, o próprio termo literacia, que nos países europeus mencionados na PNA equivalem ao termo letramento no Brasil, nessa política, parece também se deslocar do seu conceito original, impregnado de pressupostos de base social, para uma designação que migra para o campo das neurociências.

### **A ciência cognitiva como único saber verdadeiro**

Logo no Capítulo 1 intitulado *Disposições Gerais*, no Artigo 1º, já nos chama a atenção a forma como o documento anuncia que agora o país vai entrar no mundo das pesquisas com “evidências científicas”, alternativa que visa reverter o histórico de fracasso escolar.

Art.1º - Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal (BRASIL, 2019, p. 01).

Segundo o discurso do governo, no decorrer do documento fica reiterado inúmeras vezes uma alfabetização baseada em evidências científicas - visão que pressupõe que o que se pesquisou antes não foi fundamentado em conhecimento científico. Para isto, o Ministério da Educação, ao longo do ano de 2019, desenvolveu um Caderno orientador sobre a nova política de alfabetização. Um material que detalha objetivos, metas e princípios relacionados à alfabetização das crianças matriculadas no ciclo de alfabetização no Brasil. O Caderno levanta um cenário atual, marcos históricos

e normativos, apresenta formas de implementação da política, estratégias de avaliação e monitoramento. Assim, a PNA:

[...] resulta da relevância do tema aos olhos da sociedade brasileira, que exige cada vez mais dos governantes e gestores públicos, maior cuidado e empenho em prover uma formação básica de qualidade a todos os cidadãos, mas também é consequência de uma realidade educacional que revela a urgência de mudança na concepção de políticas voltadas à alfabetização, à literacia e à numeracia (BRASIL, 2019, p. 10).

Nos últimos três séculos, conhecimentos nomeados como científicos gozam de *status* e desqualificam outras formas de pensar. A “[...] racionalidade científica é também um modelo totalitário, enquanto nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2009, p. 10). A PNA procura se legitimar tendo como base uma das formações discursivas mais significativas de nosso tempo: a ciência, conforme percebermos no excerto a seguir:

A PNA pretende inserir o Brasil no rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, levando para a sala de aula os achados das ciências cognitivas e promovendo, em consonância com o pacto federativo, as práticas de alfabetização mais eficazes, a fim de criar melhores condições para o ensino e a aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita em todo o país (BRASIL, 2019, p. 7).

A ênfase dada à ciência cognitiva no texto da PNA se insere na lógica que utiliza o procedimento de se nomear como científico para se afirmar como verdade, negando outros saberes e conhecimentos, apresentando essa verdade de modo a colocar o país no rol dos que conseguiram promover melhorias significativas no que tange o campo da alfabetização. Mas é pertinente lembrar que esses excertos nos causam certa confusão, pois rememorando o grande descaso do governo Bolsonaro com a ciência, expressos por meio de cortes significativos em diferentes âmbitos<sup>5</sup> e, principalmente, dos posicionamentos

---

<sup>5</sup> Como exemplos, cito a Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos por 20 anos e os recorrentes cortes de bolsas de pesquisa de diferentes agências. No *link* a seguir há gráficos

diante do contexto pandêmico da Covid-19, no qual percebemos por diversos momentos, falas de diferentes entes do governo desqualificando a ciência e negando a existência ou a gravidade da doença<sup>6</sup>. Como entender, então, uma política que utiliza justamente a ciência para se afirmar?

A PNA assevera, então, a ciência cognitiva como a mais atual forma de pensar a alfabetização e a única capaz de promover seu avanço. Segundo o documento, “por ciência cognitiva se designa o campo interdisciplinar que abrange as diferentes disciplinas que estudam a mente e sua relação com o cérebro, como a psicologia cognitiva e a neurociência cognitiva” (BRASIL, 2019, p. 20).

Um dos procedimentos utilizados na PNA para se afirmar como verdade, se refere ao fato de que ela homogeneiza a ciência cognitiva da leitura. Ao chamar atenção para as ciências cognitivas, a PNA afirma que o contrário do que supõem certas teorias, como a teoria da *Psicogênese da Língua Escrita* de Ferreiro e Teberosky (1985), a aprendizagem da leitura e da escrita não é natural, precisando ser ensinadas de modo explícito e sistemático, no qual percebemos, mais uma vez, a utilização do método como estratégia de ensino para a alfabetização.

O decreto faz referência também à formação do professor alfabetizador em práticas centradas nas ciências cognitivas, sendo implementadas por meio de ações, programas e instrumentos, no qual podemos enxergar como *dispositivo de controle*, que visa influenciar a prática do professor, uma vez que há uma rede que objetiva convencer o professor sobre a eficiência da aplicação de métodos. Para Foucault (2000), esse dispositivo é compreendido como um arranjo de poder que possibilita teorias e verdades que podem ser identificadas através das práticas discursivas.

---

que mostram o desinvestimento em pesquisa ocorrido em nosso país nos últimos anos. Fonte: <https://voca.abril.com.br/carreira/cortes-bolsas-pesquisa-ciencia/>. Acesso em: 8 mai. 2022.

<sup>6</sup> Um exemplo de diferentes falas que mostram a desqualificação de ditos da ciência a respeito da Covid-19 pode ser visto no link a seguir: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/26/frases-bolsonaro-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 8 mai. 2020

Ao estabelecer um método único e a produção de materiais pedagógicos, o decreto exerce força de controle e governo. E ainda, para propagar o discurso de alfabetização baseado em evidências científicas, o governo brasileiro, por meio do Ministério da Educação, lançou a tradução do aplicativo *GraphoGame*, no âmbito da PNA e do Programa Tempo de Aprender.

O *GraphoGame* é um jogo educacional com um ambiente virtual para a aprendizagem de habilidades fonológicas. Essas habilidades são relacionadas com os sons da linguagem e ajudam a aprender a ler. O *GraphoGame* surgiu a partir de pesquisas realizadas pela empresa finlandesa *GraphoLearn*, que desenvolve e estuda a família de jogos *GraphoGame* em línguas europeias e outros idiomas. O software e o formato do jogo foram desenvolvidos por pesquisadores finlandeses da Universidade de Jyväskylä e do Instituto NiiloMäki, e surgiram primeiramente como uma ferramenta de apoio para crianças com dificuldades de leitura. O jogo finlandês fez muito sucesso, e logo foi adaptado para apoiar a aprendizagem de todas as crianças finlandesas (BRASIL, 2021, p.9).

A disponibilidade do aplicativo se deu em parceria do Ministério da Educação com o Instituto do Cérebro da Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul, única instituição do país licenciada pelo criador original do jogo a realizar a adaptação do português brasileiro, no qual percebemos um discurso científico baseado em evidências (BRASIL, 2021). Com base nesse quadro, podemos concluir que, por meio dessas ações, o governo exerce controle e poder sobre as atividades educacionais. Esses dispositivos (programas e aplicativos) e ações de treinamento subjetivam a prática de professores, impondo um comportamento em sala de aula, a que chamamos de governo.

Para Veiga Neto (2007), o poder é entendido como uma ação sobre ações possíveis - uma ação sempre escorada em saberes -, o governo manifesta-se quase como um resultado dessa ação; alguém coloca em funcionamento o poder sobre outrem, este alguém pode governar este outrem. Podemos dizer então, que, de certa maneira, o governo é a manifestação “visível”, “material”, do poder.

Como percebemos, existe sempre a afirmação da ciência cognitiva como único saber válido, em desconsideração a todos os demais campos do saber que

têm sido utilizados para pensar a alfabetização no país historicamente. A PNA ignora outras formas científicas e traz diferentes especialistas para dizer como deve se dar o processo de ensino de leitura e escrita.

O documento segue a ótica dos especialistas, que insistem na afirmação de que ele é “baseado em evidências científicas”, instituindo assim, um discurso de salvação através da cientificidade. Um conhecimento considerado científico tem menos chance de ser problematizado ou desconsiderado, já que a ciência faz parte do regime de verdade de nossos tempos (FOUCAULT, 2001). O discurso do governo visa à padronização do fazer pedagógico no país, neste sentido, os professores precisam seguir de maneira inquestionável e obediente às prescrições do que ensinar, como ensinar e quando ensinar.

Todo esse quadro, embora não se direcione explicitamente para questões de gênero, traz em seu bojo sentidos que reiteram a hegemonia masculina e androcêntrica. Temos a todo momento um discurso que se assenta no fato de que a produção do conhecimento científico tem sido historicamente considerada como um domínio “reservado” aos homens. Sabemos bem, que a Matemática não é neutra, apenas masculinista em sua raiz social, posto que, mesmo com a presença de mulheres em sua composição, condiciona-as aos cânones ditados pela hegemonia masculina, branca, cis e colonial. A técnica científica carrega uma linguagem dominante que, ainda que não seja percebida, possui marcadores identitários disfarçados de objetividade epistêmica e neutralidade. “O processo de produção do conhecimento científico é situado, localizado numa parcialidade que maneja categorias de pensamento e exclui corpos” (RIBEIRO, 2017, p. 2).

### **Ciência e *expertise*: as vozes-autoridades no PNA**

No caderno da PNA há em quase todas as páginas um “box” ao lado do texto principal, intitulado “o que dizem os especialistas”. São 15 explicações de especialistas em 37 páginas de documento.

O caderno apresenta a equipe responsável pela elaboração do documento. Segundo o texto de apresentação, o grupo analisou a situação atual

da alfabetização no Brasil e escreveu sobre o que dizem as pesquisas mais atuais em seus diferentes campos de *expertise*.

O grupo de trabalho analisou a situação atual da alfabetização no Brasil, realizando audiências com representantes da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e convidando renomados pesquisadores da área de alfabetização para apresentarem suas contribuições. Essas audiências foram importantes para ouvir diversos atores da sociedade envolvidos com o tema. O grupo de trabalho também estudou experiências exitosas de estados e municípios brasileiros, bem como de outros países que formularam suas políticas públicas de alfabetização com base em evidências científicas e melhoraram os indicadores não só de leitura e escrita, mas também de matemática (BRASIL, 2019b, p.5).

Quem são os especialistas que escreveram a PNA? De uma equipe de 21 membros, 13 são formados em Psicologia, 3 são da área da Linguagem, 1 da Pedagogia, 1 com formação em Arte, 1 com formação em Educação Física, 1 formado em Ciências Biológicas e 1 em Música. Sobre a nacionalidade, 13 são brasileiros e 8 são de países como Estados Unidos e França. Aqui, aparece outro procedimento que funciona para afirmar uma determinada verdade: *o recurso aos experts*.

Nas contemporâneas relações de poder-saber, as autoridades têm fundamental importância, pois “[...] cumprem a função no discurso de fazer diversas tentativas para agir sobre as ações dos outros, em nome de objetivos ligados à prosperidade nacional, produtividade, felicidade” (PARAÍSO, 2007, p. 187). Para se afirmar, “[...] a autoridade da autoridade depende de uma presunção de saber positivo, de sabedoria e virtude, de experiência e julgamento prático” (ROSE, 2001, p. 39). Recorre-se, na escrita da PNA, à autoridade vinculada a certas instituições universitárias e aos títulos acadêmicos como estratégia para mostrar a neutralidade e a superioridade desse saber.

Em uma mensagem logo no início da apresentação do caderno, o Secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim, destaca: O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf), apresenta a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que busca elevar a qualidade da alfabetização

e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro (BRASIL, 2019b, s/p). Nota-se um discurso que atribui ao analfabetismo o papel de grande vilão causador dos problemas do país, precisando este ser combatido. Já Beard, um dos especialistas responsáveis pela elaboração do caderno da PNA, diz: [...] “uma alfabetização de má qualidade pode não apenas prejudicar os indivíduos, mas também afetar toda a economia nacional” (BRASIL, 2019b, p.17).

Nota-se uma culpabilização do indivíduo pelo atraso do país. A PNA confronta dados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) para sustentar a afirmação de fracasso com relação à aprendizagem da leitura e da escrita em turmas de alfabetização. O que nos parece é que eles utilizam apenas os dados do ANA, desconsiderando outras avaliações externas. Para Foucault (2002, p. 160), “o exame é utilizado como um sacrifício para informar, as diferenças individuais através das particularidades e formalidades que se declaram as posições sociais dos indivíduos ao vir o mundo”.

É possível verificar a constituição de um discurso legal na PNA - a partir dos dispositivos históricos e normativos. Documentos estes frutos de determinados momentos históricos e, por isso, expressam valores e costumes da sociedade ou, mais especificamente, de um segmento social e cultural dominante.

Finalizando a análise do Decreto nº 9765/2019 e do Caderno da PNA, entendemos que os documentos são constituídos por lutas em torno da imposição de sentidos e verdade que visam romper com os discursos das políticas públicas que vigoram no nosso país por décadas.

No horizonte dessas discussões, são emergentes a problematização e a reflexão sobre questões ligadas à Matemática e a sua relação com gênero, discurso e poder, tendo em vista que se faz necessário compreender os discursos que corroboram para a cristalização da ideia de que as Ciências Exatas são feitas por homens e para homens, já que esses são considerados naturalmente melhores em Matemática do que as mulheres.

Em síntese, o PNA ao não abarcar questões sociais, deixa de fora também qualquer possibilidade de desafiar as estruturas desiguais, dentre elas as de gênero. Ou seja, o PNA acaba se prestando pela manutenção do status quo.

## DISCUSSÃO FINAL

A análise da Política Nacional de Alfabetização (PNA) baseou-se no decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que institui a PNA e na própria Política Nacional de Alfabetização (“Caderno da PNA” ou “Guia explicativo da PNA”), lançada em 15 de agosto de 2019. Com efeito, entendemos que os documentos são constituídos por lutas em torno da imposição de sentidos e verdade que visam romper com os discursos das políticas públicas que vigoraram no nosso país por décadas.

Observamos que a política está carregada de discursos que visam dar visibilidade a uma verdade científica que busca apagar conceitos bastante difundidos em pesquisas sobre alfabetização produzidas no nosso país e ainda retomar abordagens já refutadas. De acordo com Foucault (1979), a verdade é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem. A partir desse autor, compreendemos que o poder e saber, operam por meio dos argumentos e posições discursivas assumidas pelos especialistas que foram responsáveis pela elaboração da PNA, silenciando alguns discursos, criando-se verdades e novos/velhos conceitos que produzem práticas e efeitos na alfabetização.

A esse respeito, a PNA, para desconstruir o discurso das políticas públicas anteriores, analisa os dados estatísticos, mostrando índices de aprendizagens ruins e que o remédio para esse fracasso está na “ciência”, compreendida como as ciências do campo da cognição, sem relação com as ciências humanas e sociais. Após apresentarem os dados das avaliações de maneira superficial, os especialistas responsáveis pela elaboração dos documentos aferram de maneira superficial o sucesso da alfabetização ao discurso científico, tendo como foco a alfabetização fundamentada no viés da neurociência e das ciências cognitivas.

A referida equipe técnica responsável pela elaboração dos documentos, denominada como “especialistas” é composta majoritariamente por psicólogos nacionais e internacionais, que defendem a instrução fônica no processo de alfabetização e restringem a participação de pedagogos e pesquisadores da

área da educação. Além disso, os “especialistas”, conforme o documento mostra, desconsideram e desqualificam todas as pesquisas científicas realizadas na área da alfabetização em nosso país, em uma verdadeira tentativa de apagá-las.

No horizonte das considerações apresentadas, a PNA surge em um contexto neoliberal, com um viés conservador e de direita que se contrapõe ao que estava posto na área da alfabetização em nosso país. Atado ao discurso do “novo”, o caderno apresenta o termo “Literacia”, para denominar “o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionados à leitura e à escrita”, cabe aqui mencionar que, inicialmente, este termo pode nos direcionar para o termo letramento, no entanto, ao interpretarmos seu significado, compreendemos que este se esvazia, quando deixa de valorizar os conhecimentos produzidos pelo próprio sujeito (criança ou adulto) e as diferentes realidades sociais. O mesmo se observa sobre o termo “Numeracia” que, no mesmo sentido, sobrepõem-se a numeramento, como uma novidade, mas que igualmente se esvazia de sentidos sociais.

Além da literacia, a PNA apresenta a instrução fônica como caminho mais adequado a ser seguida pelos professores alfabetizadores, uma verdadeira prescrição apresentada no Programa Tempo de Aprender. Vale destacar que o programa foi desenvolvido a partir das diretrizes da PNA sendo ofertado de maneira on-line, o que não possibilita a interação entre alfabetizadores e troca de experiências.

É possível entender, então, que para desconstruir os discursos das políticas públicas de alfabetização anteriores, os especialistas embasaram a Política Nacional de Alfabetização nos discursos: estatístico, técnico, da ciência e da psicologia cognitiva. Nota-se aí uma desconstrução de toda ciência de alfabetização realizada no Brasil e a descontinuidade das políticas públicas nacionais, além da procura falaciosa pela homogeneização do ensino, por meio de um discurso científico, como mecanismo para alcançar o tão esperado sucesso na alfabetização das crianças.

Devemos lembrar que a racionalidade científica é um modelo autoritário e, quando a PNA carrega esse discurso científico salvacionista se alinha ao

discurso de uma Matemática universal e livre de qualquer influência cultural, deixando de fora as questões sociais. Nessa medida, apresenta-se com seu caráter dialógico marcado por vozes do grupo social e político conservador de direita reafirmando o seu caráter ideológico-mercadológico que se vincula sempre a uma proposta de educação inserida em um projeto conservador que, no final, dá primazia à economia e nunca a uma educação de humanista, e muito menos, uma educação que voltadas à superação das desigualdades, dentre elas as de gênero.

## REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6 ed. São Paulo: Martins fontes, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.
- BRASIL. *PNA - Política Nacional de Alfabetização*. Brasília: MEC, SEALF, 2019b.
- BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Apresentação*. Brasília: MEC, SEB, 2014.
- BUNZEN, Clecio. Um breve decálogo sobre o conceito de 'literacia' na Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019). *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf*, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p. 44-51, jul./dez. 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Beatriz [et al.]. Contribuição para o debate sobre alfabetização a propósito do lançamento da PNA. *Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf*, Belo Horizonte, MG, v.1, n.10 (Edição Especial), p.94-96, jul./dez. 2019.
- COSENZA, Ramon; GUERRA, Leonor. *Neurociência e Educação*. Grupo A, 2011.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *A psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Universitária, 2020.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. Curso do Collège de France (1973-1974). Trad. de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Marins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso do Collège de France (1977-1978). Trad. de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Marins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Coleção Ditos & Escritos. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, v. 1.

FOUCAULT, Michel. A água e a Loucura. In: FOUCAULT, Michel. *Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise*. Coleção Ditos & Escritos. 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, v. 1. P. 205-209.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, Poder-Saber*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, v.4.

FOUCAULT, Michel. Entretien avec Michel Foucault (1980). In: *Dits et écrits*. Vol. II. Paris: Gallimard, 1994, p. 860-915.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

NELSON, C.; TREICHLER, P. A.; GROSSBERG, L. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, T. T. (Org.) *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PARAÍSO, Marlucy. *Currículo e mídia educativa brasileira: poder, saber, subjetivação*. Chapecó, SC: Editora Argos, 2007.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência. *Revista de Arqueologia*, SAB 30 (1):210-234, 2017.

RODRIGUES, Nelson. "O complexo de vira-latas". In: Castro, Ruy (org.). *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 51-52, 1993.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 137-203, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre a ciência*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WALKERDINE, Valerie. *Couting Girls Out: Girl and Mathematics*. (New Edition). Londres: Virago, 2003.

WALKERDINE, Valerie. Ciência, razão e a mente feminina. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 7-24, jan/jun. 2007.

Recebido em:04/06/2023

Aprovado em:08/03/2024

Publicado em:05/04/2024